

# “Operação Desmonte” é a chave para orçamento federal de 89

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, entrega entre hoje e amanhã ao presidente José Sarney um ambicioso projeto de enxugamento da máquina estatal, que pretende transferir para os estados e municípios cerca de 2 mil programas hoje sustentados pela União, fundir ministérios e eliminar órgãos, empresas e entidades estatais, rever incentivos fiscais e subsídios, para viabilizar a redução do déficit do setor público no ano que vem, dentro da meta de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse projeto, chamado de “Operação Desmonte”, é a peça-chave do Orçamento Geral da União (OGU) que será entregue ao presidente nos próximos dias.

Inicialmente, a Seplan começou a trabalhar na “Operação Desmonte”, mirando apenas as transferências de encargos aos governos estaduais e municipais, que pela nova Constituição receberão adicionalmente 17% de receitas hoje em mãos da União. Assim, programas de educação básica e de serviços de saúde, por exemplo, serão todos descentralizados. A União fica sem os recursos e sem os projetos que viabilizavam esses programas e, portanto, sem os órgãos e funcionários que os sustentavam.

Quando os técnicos da Seplan, coordenados pelo assessor especial Everardo Maciel, começaram a garrifar todos os projetos que permeavam o OGU, foram encontrando superposições de atividades em diversos setores, como, por exemplo, no caso da eletrificação rural, onde existem pelo menos três ministérios envolvidos, como Minas e Energia, Agricultura e Reforma Agrária. Outro caso exemplificado foi o do cacaueiro, com cinco fundos de financiamento da atividade cacaueira, todos no Ministério da Indústria e do Comércio ou, ainda, na área de alimentação popular, que está distribuída entre órgãos como o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o Minis-

tério da Educação, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Secretaria de Assuntos Comunitários (Seac).

O que a Seplan pretende é fazer com que a máquina estatal federal cuide de poucos programas, com maior racionalidade e eficiência, eliminando “inúmeros pequenos programas que beneficiam feudos eleitorais”, como qualificou um assessor do ministro João Batista de Abreu. E, junto com essa “limpeza”, ministérios como o da Saúde e o da Previdência Social poderiam ser fundidos e empresas como a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) poderiam ser extintas. Seria tirado do papel um velho projeto dos ministros da área econômica, que é fazer a reforma administrativa, cujo custo inevitável é a demissão de pessoal.

A questão da “Operação Desmonte”, que é o instrumento pelo qual a Seplan gostaria de zerar o déficit do governo central para o ano que vem, por meio de um OGU equilibrado, é, porém, muito mais política do que técnica. As propostas

listadas pela Seplan representam redução da máquina estatal, portanto redução de poder do governo federal. Há custos políticos também na decisão de eliminar incentivos fiscais e subsídios ainda existentes no orçamento, ou de retirar o governo de áreas como, por exemplo, a comercialização do trigo. São provisões que vêm sendo analisadas tecnicamente há alguns anos, mas protegidas sempre que chegam perto de uma decisão final.

Desta vez, porém, os técnicos da Seplan — apesar de se encontrarem às vésperas de uma eleição presidencial — acreditam que irão conseguir convencer o presidente da República a promover o maior ajuste fiscal de que se tem notícia nos últimos vinte anos, resolvendo, numa cirurgia, o programa do déficit crônico do setor público federal, uma das fontes de pressão da inflação.

O OGU para o exercício de 1989, que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, para aprovação ou rejeição até 30 de novembro, está sendo elaborado com base em preços cons-

tantes de junho último e indexados por índices específicos (taxa de câmbio reajusta encargos da dívida externa e URP corrige salários), e tendo como parâmetro a Constituição em vigor. A economia de quase CZ\$ 1 trilhão com as transferências de encargos para os estados e municípios, que só se concretizará com a promulgação da nova Constituição, será colocada na rubrica “reserva de contingência”, que posteriormente poderá ser redirecionada para outros gastos do governo.

Contabilizando a “Operação Desmonte” nas receitas fiscais e enumerando do lado das despesas apenas os itens de pagamento de pessoal, encargos de dívidas interna e externa e contrapartidas internas a empréstimos internacionais, o que sobrou “é medíocre” para financiar gastos de custeio e capital, como classificou um assessor da Seplan, razão pela qual, sobre o corte decorrente da nova Constituição, será proposto um outro corte, que mudaria o perfil da máquina estatal no que se refere a funcionários e organograma.